



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681364 - SP (2021/0226638-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : EMERSON DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EMERSON DOS SANTOS FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMERSON DOS SANTOS FERREIRA em que aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 0001654-90.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se em cumprimento de pena desde 25/12/2015 e, diante de nova condenação e após a unificação das penas, foi descontado o período de 2 anos, 1 mês e 26 dias, nos termos do art. 75, §2º, do Código Penal.

A impetrante sustenta que, diante disso, foi fixada nova data-base, em 20/02/2018, não tendo sido adotada a data mais favorável ao paciente, o que teria retardado a progressão de regime.

Requer, liminarmente e no mérito, seja fixado o dia 25/12/2015 como marco inicial para fins de progressão de regime e a detração do período de 2 anos, 1 mês e 26 dias como tempo de pena cumprido.

É o relatório.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Cumprido salientar que o deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há a necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

Na espécie, observa-se que a impetrante não acostou aos autos cópia da decisão do juízo de primeira instância que alterou a data-base para a concessão de benefícios em execução penal, tampouco cópia do acórdão que teria analisado a matéria ora em testilha (HC n. 2004309-98.2021.8.26.0000).

Assim, a deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pleito liminar formulado.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia dos documentos supra mencionados.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência